NACIONAL

Assédio. A Unesp demitiu professor acusado de assédio sexual por estudantes do campus de Bauru (SP). A demissão foi definida após as queixas contra ele serem investigadas por comissão de sindicância. A acusação é de julho de 2022, que o professor negou e disse ser vítima de calúnia

PMQ - COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fl.: 269
Rubrica

CLÁUDIO HUMBERTO PODER, POLÍTICA& BASTIDORES

com RODRIGO VILELA E TIAGO VASCONCELOS

Sarrubbo terá de deixar carreira para virar secretário

As mães serão chamadas de pessoas que pariram

Damares Alves (Rep-DF) após controversa cartilha da Saúde sobre puerpério da gravidez

O chefe do Ministério Público de SP, Mário Sarrubbo, terá de abandonar a carreira de procurador ou se aposentar para assumir a Secretaria Nacional de Segurança Pública, como foi anunciado pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. A advertência é do deputado Mendonça Filho (União-PE), autor de ação popular que em março de 2016 anulou a nomeação do procurador Wellington César Lima e Silva como ministro da Justiça de Dilma Rousseff (PT), em lugar de José Eduardo Cardozo.

Constituição proíbe

A Constituição proíbe promotores e procuradores assumirem cargos de ministro, secretário ou chefe de missão diplomática, lembra Mendonça.

A regra é clara

Membro do MP é legalmente proibido de "exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério".

Decisão foi do STF

Há inclusive decisão do Supremo Tribunal Federal, de 2007, reafirmando a proibição determinada no artigo 128 da Constituição, parágrafo 5º.

Deu no Xandão

Silva ficou 11 dias no cargo, sucedido por Eugênio Aragão, que, em menos de dois meses, daria lugar a Alexandre de Moraes, hoje no STF.

Marta fez 'espuma', mas ainda não se refilou ao PT

Alardeada nas manchetes como escolhida por Lula para ser a vice em eventual chapa com o deputado de extrema-esquerda Guilherme Boulos (Psol), que ganhou notoriedade invadindo propriedades alheias, e ex-senadora Marta Suplicy ainda não efetivou sua refiliação ao partido. A assessoria do PT informou à coluna que "ainda não recebeu nenhuma confirmação oficial da filiação". Há resistências no PT para a ex-ministra e ex-prefeita representar o partido na chapa, mas é Lula quem manda.

Politiquês

Presidente do PT de São Paulo, Laércio Ribeiro afirmou que a filiação de Marta Suplicy ao partido "está em processo de burocratização".

Previsto

Segundo a assessoria do PT em Brasília, a expectativa do partido em São Paulo é que filiação será oficializada "em 2 ou 3 de fevereiro".

Saída beligerante

Marta foi filiada por mais de 20 anos, mas deixou o partido de forma conturbada e até votou pelo impeachment de Dilma Rousseff.

Pedagogia da coação

José Medeiros (PL-MT) diz que é emblemática a batida da PF na casa do líder da oposição: "Chamo isso de pedagogia da coação". O deputado lembra que a Venezuela "começou prendendo o líder da oposição".

Gaveta cheia

Carla Zambelli (PL-SP) acusa de omissão o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), por não pautar pedidos de impeachment de ministros do STF. "Somente eu já apresentei seis", lembra a deputada.

CPI da toga

Citando "ditadura da toga", o senador Eduardo Girão (Novo-CE) cobrou a instalação da CPI do Abuso de Autoridade. O requerimento já foi apresentado e aguarda despacho do presidente da Câmara.

Cadê a vacina?

"Vão chamar o Lula de genocida?", quer saber Bia Kicis (PL-DF) que acusa o presidente Lula de fazer corpo mole na distribuição da vacina contra dengue, já testada e aprovada.

Bolsa crack

Para o vereador Rubinho Nunes (União-SP), o "Bolsa Moradores de Rua" é esquema para entupir ONGs com dinheiro e "dar vida fácil para cracudo". Lembrou o "Bolsa Crack" de 2014, obra de Fernando Haddad.

Mais uma vez

Voltou a ser destaque nas redes sociais a instabilidade do banco Nubank, cujo aplicativo ficou fora do ar durante a tarde desta quinta-feira (18). Chegou à lista de assuntos do momento do "X, ex-Twtiter.

'Pessoa' que pariu

A senadora Damares Alves (Rep-DF) ironizou cartilha da Saúde sobre puerpério que usa pessoa que gesta ou pessoa que pariu. "Aparentemente, as palavras mãe e mulher desapareceram do dicionário

Culpa da assessoria?

Após a derrota para Donald Trump em Iowa, o governador da Flórida, Ron DeSantis, pré-candidato a presidente nos EUA, começou a demitir membros da chamada "sala de guerra" da sua campanha.

Pensando bem...

...viajar pelo Brasil ficou para o ano eleitoral.

O PODER SEM PUDOR

Humor na feira

Maurício Fruet era uma figuraça. Sem mandato em 1994, resolveu reformar sua loja, em Curitiba. Vestia roupas velhas e metia a mão na massa. Certo dia, foi caminhando da obra ao escritório. Encontrou um velho amigo, que pareceu chocado com sua roupa surrada. Fruet resolveu pregar uma peça: "A coisa não está boa. Perdi a eleição, estou desempregado, mas vou tocando: vendo laranjas na feira..." Compadecido, o amigo enfiou discretamente em seu bolso uma nota de cem reais. No dia seguinte, às gargalhadas, Fruet o convidou para jantar e pagou a conta usando a mesma nota.

Braskem tem mais de mil processos em tramitação no TJAL

Número foi apresentado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas ao corregedor nacional de Justiça, que acompanha a situação processual

FOTO CAIO LOUREIRO

Há também ações judiciais na Justiça Federal em Alagoas, que receberá reforço, segundo o CNJ

O caso envolvendo a empresa Braskem, que gerou o isolamento de cinco bairros de Maceió, possui 1.099 processos em tramitação no Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL). Cerca de 60 mil pessoas foram obrigadas a abandonar as casas em razão do risco de afundamento do solo, gerado pela extração de sal-gema.

Uma área equivalente a 20% da zona urbana da Capital alagoana foi afetada pela instabilidade do solo provocada pela mineração. Uma das minas, no bairro de Mutange, rompeu-se em dezembro.

Os dados foram apresentados pelo presidente do TJAL, desembargador Fernando Tourinho, a representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que chegaram na quarta-feira (17) à cidade para inspecionar a tramitação processual do caso Braskem. Ainda segundo as informações divulgadas pelo CNJ, paralelamente, mais de 18 mil acordos entre pessoas atingidas e a empresa foram homologados pela 3ª Vara Federal de Maceió, uma das responsáveis pelos julgamentos.

Apesar disso, "entre as vítimas das consequências do afundamento do solo na Capital alagoana, há queixas a respeito do valor pago pela indenização dos imóveis e também pelos danos morais", disse o CNJ, em nota. Além de Tourinho, a comitiva do CNJ se reuniu com o governador de Alagoas, Paulo Dantas (MDB).

O órgão informou que haverá plano operacional para reforçar as equipes da Justiça Federal em Alagoas, na qual também tramitam processos sobre o caso. Ao CNJ, a Secretaria da Fazenda de Alagoas também apresentou cálculos sobre os prejuízos causados ao Estado, que podem chegar a R$ 30 bilhões, valor já divulgado em dezembro.

"Estamos aqui para identificar, ouvir e saber de que forma podemos ajudar para que os processos tramitem com eficiência e para que a população atingida possa ter respostas no tempo adequado", disse a secretária-geral do CNJ, Adriana Cruz.

A comitiva inclui também o corregedor nacional de Justiça, ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luis Felipe Salomão, e integrantes do Observatório de Causas de Grande Repercussão, mantido em conjunto por CNJ e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Em dezembro, o caso Braskem recebeu nível de atenção de grau 3 pelo colegiado, o que prevê o acompanhamento contínuo junto às autoridades competentes.

Por meio da Assessoria de Imprensa, a empresa apresentou número que disse ser mais preciso, de que 40 mil pessoas precisaram sair dos cinco bairros afetados. Essa é a conta dos integrantes das famílias que aderiram ao Plano de Compensação Financeira proposto, disse.

O número de 60 mil é estimativa utilizada por autoridades baseada em critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), alegou a empresa. Acrescentou ainda que a área isolada corresponde 2,5% do Município de Maceió, de acordo com dados da Prefeitura local.

Ajuda à Vara Federal

O ministro Luis Felipe Salomão informou que um juiz e mais servidores serão enviados para a 3ª Vara Federal de Maceió, responsável pela análise de pedidos de indenização envolvendo os danos causados pela mineradora. A meta é agilizar o julgamento de processos. (Com Agência Brasil)

Justiça do Trabalho aprova no recesso retomada de aumento automático a juízes

Em meio ao recesso do Judiciário, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) aprovou em sessão extraordinária a retomada do pagamento de penduricalho suspenso desde 2006. O CSJT é liderado pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Lelio Bentes Corrêa, e composto por outros ministros do TST e por presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs).

No fim da sessão, em 11 de janeiro, o Conselho aprovou, em votação que durou dois minutos, a retomada do chamado Adicional por Tempo de Serviço (ATS). O penduricalho é mais conhecido como quinquênio, aumento salarial de 5% dado automaticamente a cada cinco anos.

Esse benefício foi suspenso em 2006, mas os magistrados entenderam que quem podia receber antes da suspensão tem direito adquirido, ou seja, quem ingressou na magistratura até maio daquele ano poderá ganhar o bônus. O pedido foi feito ao CSJT pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que pediu o pagamento retroativo.

A relatora do processo no Conselho, ministra Delaíde Miranda, votou pela imediata reintrodução do benefício na folha de pagamento e também concedeu o benefício a aposentados e pensionistas. Ela não determinou a implementação de pagamentos retroativos, porque eles foram suspensos pela Corregedoria Nacional de Justiça, mas reconheceu o direito dos magistrados a verbas passadas.

O retorno dos quinquênios foi inicialmente aprovado para os juízes federais pelo conselho da carreira, no fim de 2022, a pedido da Associação dos Juízes Federais (Ajufe). A possibilidade foi referendada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).A decisão inicial previa o pagamento retroativo do benefício a juízes que ingressaram na carreira até maio de 2006, com valores corrigidos pela inflação. O ministro Luis Felipe Salomão, do CNJ, decidiu suspender o pagamento retroativo. A situação dos pagamentos relativos a 2006 ainda será analisada pelo plenário do CNJ.

Prefeitura Municipal de Quixadá - Contratante e signatário: Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Cidadania. Armstrong Braga Ferreira. Extrato do 1º Termo Aditivo dos contratos resultantes do Pregão Eletrônico nº 2022.06.06.01 - PERP. Nº 22.06.06.005SEPLAF; Nº 22.06.06.015SPTC; Nº 22.06.06.025AFDR. Contratada: Auslaire Comércio e Serviços LTDA, através de seu representante legal, o Sr. Diego Regis Oliveira dos Santos. Objeto: Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de veículos para atender as secretarias das secretarias do município. O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do contrato original a partir de 08/11/2023, com vigência até 31/12/2023. Data das assinaturas: 07/11/2023.

Prefeitura Municipal de Quixadá - Contratante e signatário: Secretaria de Desenvolvimento Social, Maura Gomes de Nascimento Oliveira, Secretária. Extrato do 3º Termo de Aditivo ao contrato nº 16.001/2022-01, resultante da Dispensa de Licitação nº 16.001/2022-DL. Contratada: Organização Comercial Segundi Comércio de Perfumaria LTDA, através de seu representante legal, o Sr. Pedro Paulo Cavalcante Costa. Objeto: Locação de imóvel destinado ao funcionamento da sede do Casa dos Conselhos, que é de responsabilidade da Secretaria, localizado na Rua Pascoal Crispim, nº 151, Centro, Quixadá/CE. O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do contrato original pelo período de meses, a partir de 06/12/2023. Data da assinatura: 06/12/2023.

Prefeitura Municipal de Quixadá - Contratante e signatário: Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e Serviços Públicos, Carlos Artur Nogueira de Medeiros, Secretário. Extrato do 1º Termo Aditivo ao contrato nº 2022.10.05.01-1, resultante do processo de Adesão nº 2022.10.05.01. Contratado: Provale Energia E.PE.L1, através de seu representante legal, o Sr. Vinicius Cunha Batista. Objeto: Adesão a Ata de Registro de Preços para contratação de empresa especializada de serviços de engenharia na área de Gestão de Sistema de Iluminação Pública (IP), visando a manutenção, modernização e eficiência do sistema de iluminação. O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência pelo período de 12 meses a partir de 20/10/2023. Data da assinatura: 19/10/2023.

Prefeitura Municipal de Quixadá. Contratante e signatário: Secretaria de Saúde, Francisnoel Rolim de Albuquerque, Secretário. Extrato da Ata de Registro de Preços resultante do Pregão Eletrônico nº 10.01/2022-PERP. ATA Nº 10.01/2022-A-SRP. Valor global R$ 596.500,00 Contratada: Drogaria Pedro Crisanto EIRELI, através de seu representante legal, o Sr. Hercules Fagundes Nobre. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gases medicinais, tipo oxigênio medicinal, ar comprimido e nanômetro para oxigênio. Prazo de vigência: 12 (doze) meses contados a partir da data assinatura. Data da assinatura da Ata de Registro de Preços: 17/01/2024.

Prefeitura Municipal de Quixeramobim - O Presidente da CPL, torna público, a alteração 01 do edital de Processo Licitatório Tomada de Preços nº 0712023223-TP, cujo objeto: Contratação de empresa visando a obra de drenagem no bairro Edmilson Comela de Vasconcelos, para atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura no município, em virtude das divergências da data da abertura do envelope de habilitação com o edital de licitação. A nova data de abertura será no próximo dia 08/02/2024, as 09h. Todos os demais assuntos inerentes ao Edital original e seus anexos, não mencionados nesta alteração, seguem o disposto no Edital. As demais informações se encontram na íntegra na sede da comissão de licitação, situada a Rua Monsenhor Salviano Pinto, 797, Centro, Quixeramobim/CE. Maiores informações, no endereço citado, no horário de 08h às 12h ou pelo site www.tce.ce.gov.br/licitacoes. José Mac Dowel Teixeira Azevedo Neto.

Prefeitura Municipal de Quixeramobim - O Presidente do Comando Permanente de Licitação torna público o recebimento de RECURSO ADMINISTRATIVO referente Tomada de Preços Nº 0711140123-TP (pelas empresas): Eletrocamp Serviços e Construções Ltda e Construal Construções e Empreendimentos Ltda, contra decisão de inabilitada. Portanto fica aberto o prazo para contrarrazões, conforme prescreve o artigo 109, inciso I da Lei Federal Nº 8.666/93. Maiores informações, no sede da Comissão de Licitação com endereço: Rua Monsenhor Salviano Pinto, 797, CEP 63.800-000, Quixeramobim/CE no horário de 08h às 12h ou pelo site www.tce.ce.gov.br/licitacoes. José Mac Dowel Teixeira Azevedo Neto.

Aviso Requisito Pereira Fidelis 940.809.173-72, torna público que requereu da Autarquia Municipal de Meio Ambiente de Quixeramobim a Licença Ambiental Única para a Construção de uma Revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, Localizada na Rua Antenor Ferreira, 325, bairro Edmilson Comela de Vasconcelos, Quixeramobim/CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de licenciamento da AMAQUI.

Prefeitura Municipal de Bebedite, torna público que requereu a Autarquia de Meio Ambiente de Bebedite a Licença Ambiental Por Adesão e Compromisso - LAC para a atividade de Infraestrutura Urbanística/Paisagística - Implantação de Praça Pública e Campo de Futebol na localidade do Pratinha do Canto Verde, Pariquera, Bebedite, com área total de intervenção de 1.440,00m². Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas normas e instruções de licenciamento da AMABE.

Prefeitura Municipal de Quixadá - Contratante e signatário: Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Cidadania. Armstrong Braga Ferreira. Extrato do 1º Termo Aditivo dos contratos resultantes do Pregão Eletrônico nº 2022.06.06.01 - PERP. Nº 22.06.06.045DS. Nº 22.06.06.055DS. Contratada: Auslaire Comércio e Serviços LTDA, através de seu representante legal, o Sr. Diego Regis Oliveira dos Santos. Objeto: Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de veículos para atender as secretarias das secretarias do município. O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do contrato original a partir de 08/11/2023, com vigência até 31/12/2023. Data das assinaturas: 07/11/2023.

Prefeitura Municipal de Iço - A Presidente da Comissão de Licitação de Iço/CE comunica aos interessados a RETIFICAÇÃO do Resultado de Fase de Habilitação referente à Concorrência Pública Nº 13.005/2023 - CP, cujo objeto: Contratação de empresa para a construção de um Centro de Educação Infantil - CEI, localizado na margem da rodovia CE-282, km - Conjunto Guma, Iço/CE, parte integrante desta concorrência, em virtude do princípio da autotutela, no qual a administração pode corrigir seus próprios atos, a Presidente da Comissão de Licitação em sentido do julgamento de habilitação que foi publicado dia 15/01/2024. Declarando: INABILITADAS as empresas: 01: R. B. Engenharia, Construções e Serviços Ltda, Item 5.4.4.5.9 Não comprovou do capital social igual ou superior a 10% do valor estimado para contratação; 02: V Nogueira Decorações Ltda, Item 5.4.3.1 Capital social não atualizado no registro do CREA da empresa; 03: Landim Engenharia Ltda, Item 5.4.3.1 Capital social não atualizado no registro do CREA da empresa; 04: CONSTRUSERR - Construções e Serviços de Terraplagem Ltda, Item 5.4.3.1 Capital social não atualizado no registro do CREA da empresa; 05: Castilho Engenharia Ltda, Item 5.4.3.1 Capital social não atualizado no registro do CREA da empresa; 06: P.S & JP Construções Ltda, Item 5.4.4.5.9 Não comprovou do capital social igual ou superior a 10% do valor estimado para contratação; 07: M & C Construções Ltda, Item 5.4.3.1 Capital social não atualizado no registro do CREA da empresa; 08: Momentum Construtora Limitada, Item 5.4.4.5.9 Não comprovou do capital social igual ou superior a 10% do valor estimado para contratação; 09: MT Projetos e Serviços de Engenharia Ltda, Item 5.4.4.5.9 Não comprovou do capital social igual ou superior a 10% do valor estimado para contratação; 10: Raniullo Tomaz da Silva, Item 5.4.3.1 Capital social não atualizado no registro do CREA da empresa; 11: P V Engenharia, porque os envelopes; 12: Evolução Construtora Ltda, Item 5.4.4.5.9 Não comprovou do capital social igual ou superior a 10% do valor estimado para contratação;. Sendo assim foram declaradas HABILITADAS as empresas acima citadas, por não atenderem as exigências do edital e as demais informações pertinentes habilitadas. Maiores informações junto a Comissão de Licitação, pelo e-mail cplico2023@gmail.com e fica declarado aberto o prazo recursal conforme prevê o Art. 109, inciso I, alínea "a". Michelle Roque Queiroz.